

OSWALDO CRUZ QUÍMICA

Industria e Comércio Ltda.



Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024
em Relatório do Auditor Independente

Conteúdo

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO		3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		3
1. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA		16
2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		16
3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS		35
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		37
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES		37
6. PARTES RELACIONADAS		38
7. ESTOQUES		39
8. TRIBUTOS A RECUPERAR		39
9. IMOBILIZADO		40
10. INTANGÍVEL	40	
11. FORNECEDORES	41	
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	41	
13. ARRENDAMENTO MERCANTIL	42	
14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	43	
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44	
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	45	
17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	46	
18. RESULTADO FINANCEIRO	46	
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	47	
20. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	49	
21. SEGUROS	53	
22. EVENTOS SUBSEQUENTES	53	



Mensagem da Administração

Durante o exercício de 2024, o setor petroquímico global permaneceu impactado pelos maiores custos de fretes marítimos, reflexo de diferentes conflitos geopolíticos que afetaram o fluxo comercial e a precificação de produtos petroquímicos, especialmente na Ásia.

Tais desafios também trouxeram oportunidades para o Grupo OCQ, uma vez que a redução no volume de importações favoreceu a competitividade dos produtos nacionais. Adicionalmente, o aumento das alíquotas de importação para determinados itens estratégicos proporcionou uma proteção extra em um cenário de intensa competição predatória.

O desempenho positivo de segmentos chave, como a construção civil, também impulsionou os resultados do Grupo. Por outro lado, a manutenção de taxas de juros em patamares elevados e a perspectiva de novos aumentos representam riscos que podem impactar setores específicos, demandando atenção redobrada para ajustes estratégicos ao longo de 2025.

O Grupo OCQ, ao longo do ano, manteve seu foco na busca por maior eficiência operacional e sustentabilidade. Trabalhamos intensamente para avançar em iniciativas de eficiência energética, promovendo a integração das empresas do Grupo após a aquisição da Elekeiroz, o que gerou significativas sinergias em pessoas, processos e produtos. O reforço dos sistemas informatizados permitiu ganhos de agilidade e confiabilidade nas operações, enquanto a integração logística contribuiu para otimizações relevantes na cadeia de suprimentos.

Além disso, o Grupo lançou novos produtos no mercado, ampliando seu portfólio e diversificando suas fontes de receita. Essas ações refletem o compromisso do Grupo OCQ em se adaptar às demandas do mercado, fortalecer sua posição competitiva e assegurar o crescimento sustentável de longo prazo.

Os destaques financeiros e operacionais são apresentados a seguir:

O volume de vendas global da OCQ aumentou 21% em relação ao exercício anterior, sendo o total da receita líquida em 31 de dezembro de 2024 de 1.715.788 (R\$ 1.417.523 em 31 de dezembro de 2023). Em relação a quantidade comercializada, ocorreu aumento de 42% em relação ao exercício anterior, sendo 240.896 Toneladas em 31 de dezembro de 2024 (169.612 Toneladas em 31 de dezembro de 2023).

O EBITDA teve redução de 20% em relação ao exercício anterior, sendo o total em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 168.130 (R\$ 211.428 em 31 de dezembro de 2023), justificado pela discussão do aproveitamento do benefício fiscal do Estado de SP que deixou de agregar o montante de R\$ 19.495 referente ao último trimestre do exercício de 2024, pelos maiores preços dos fretes e menor competitividade entre cenário internacional vis-à-vis cenário nacional para aquisição de matérias-primas, que faz com que o negócio se mantenha em patamares normalizados.

A Administração agradece aos sócios pela confiança depositada no Grupo OCQ, aos colaboradores, clientes e fornecedores, pela dedicação e competência essenciais para o alcance dos resultados do Grupo no exercício.

Desempenho financeiro

O **EBITDA** ajustado recorrente da OCQ é apresentado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reconciliação do LAJIDA (a) (EBITDA)		
Lucro líquido do exercício	<u>136.394</u>	<u>174.234</u>
Depreciações e amortizações	7.531	6.627
Resultado financeiro, líquido	6.273	6.933
Imposto de renda e contribuição social	<u>17.932</u>	<u>22.182</u>
LAJIDA (a) (EBITDA)	<u>168.130</u>	<u>209.976</u>
Itens que não compõe o desempenho orgânico:		
(+) Custos da transação do fechamento da operação de compra da Elekeiroz S.A.	-	1.452
LAJIDA (a) (EBITDA) ajustado	<u>168.130</u>	<u>211.428</u>

(a) LAJIDA: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização; e
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Quotistas da
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.
Guarulhos – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, cuja apresentação não é requerida às empresas limitadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de janeiro de 2024, com modificação em decorrência dos seguintes assuntos: reconhecimento de créditos de PIS e COFINS fora do período de competência, reconhecimento de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") fora do período de competência e não acompanhamento da contagem física dos estoques em 31 de dezembro de 2021. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 5 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027612/F



Rodrigo Ferreira Silva

Contador CRC RJ-115537/O-9

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	180.099	274.058
Contas a receber de clientes	5	286.273	236.897
Contas a receber - Partes relacionadas	6	308.339	55.009
Mútuos - Partes relacionadas	6	2.204	-
Estoques	7	182.224	127.761
Tributos a recuperar	8	28.064	13.876
Imposto de renda e contribuição social	8	234	-
Outros ativos		2.938	10.694
Total do ativo circulante		990.375	718.295
Não circulante			
Contas a receber de clientes	5	-	2.498
Depósitos judiciais	14	581	468
Tributos a recuperar	8	21.080	35.895
Mútuos - Partes relacionadas	6	20.000	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	17.304	11.842
Outros ativos		1	160
Imobilizado	9	68.574	40.581
Intangível	10	929	-
Total do ativo não circulante		128.469	91.444
Total do ativo		1.118.844	809.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	207.187	167.130
Contas a pagar - Partes relacionadas	6	123.317	94.239
Empréstimos e financiamentos	12	24.552	32.353
Instrumentos financeiros derivativos		-	295
Obrigações sociais e trabalhistas		10.382	8.761
Obrigações tributárias		4.197	4.634
Arrendamento mercantil	13	7.138	4.821
Outros passivos		2.685	2.798
Juros sobre o capital próprio	15	11.278	18.817
Total do passivo circulante		390.736	333.848
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	147.951	51.132
Obrigações tributárias		1.980	-
Arrendamento mercantil	13	36.323	13.105
Provisões para contingências	14	28.381	7.804
Outros passivos		2.082	3.818
Total do passivo não circulante		216.717	75.859
Total do passivo		607.453	409.707
Patrimônio líquido			
Capital social	15	1.500	1.500
Reserva de lucros		509.891	398.532
Total do patrimônio líquido		511.391	400.032
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.118.844	809.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	16	1.715.788	1.417.523
Custo dos produtos vendidos	17	(1.489.222)	(1.174.710)
Lucro bruto		226.566	242.813
Despesas gerais e administrativas	17	(96.654)	(72.716)
Despesas comerciais	17	(43.180)	(28.666)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	17	(205)	(1.155)
Outras receitas (despesas), líquidas	17	74.072	63.073
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		160.599	203.349
Receitas financeiras	18	33.502	24.634
Despesas financeiras	18	(39.775)	(31.567)
Resultado financeiro		(6.273)	(6.933)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		154.326	196.416
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	19	(23.394)	(47.805)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	19	5.462	25.623
Lucro líquido do exercício		136.394	174.234
Lucro por quota - R\$			
Básico e diluído	15	90,93	116,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	136.394	174.234
Outros resultados abrangentes (ORA)		
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>136.394</u>	<u>174.234</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023	1.500	252.441	253.941
Lucro líquido do exercício	-	174.234	174.234
Destinação do lucro			
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	(28.143)	(28.143)
Em 31 de dezembro de 2023	1.500	398.532	400.032
Em 1º de janeiro de 2024	1.500	398.532	400.032
Lucro líquido do exercício	-	136.394	136.394
Destinação do lucro			
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	(25.035)	(25.035)
Em 31 de dezembro de 2024	1.500	509.891	511.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		154.326	196.416
Ajustes para reconciliação do resultado:			
Provisões de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	18	17.426	18.218
Provisões (receitas) de juros sobre mútuos	18	(2.204)	-
Provisões para contingências	17	22.969	(568)
Depreciação e amortização	17	7.531	6.715
Baixas (reversões) de ativo imobilizado/intangível	9/10	1.116	1.285
Variação cambial	18	3.362	(1.301)
Provisão para perdas de crédito esperadas	17	(205)	1.155
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	17	536	(694)
Provisão para PLR e Bônus		3.062	1.373
Perda (ganho) com derivativos	20	119	864
Outros ajustes para reconciliação do resultado		(1)	(1.643)
		208.037	221.820
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(35.935)	32.617
Contas a receber de partes relacionadas		(253.330)	(1.268)
Estoques		(54.999)	14.976
Tributos a recuperar		393	41.126
Outros ativos		8.639	(3.456)
Depósitos judiciais		(113)	932
Fornecedores		25.957	37.618
Contas a pagar – Partes relacionadas		29.078	52.984
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.441)	38
Obrigações tributárias		(6.515)	(42.612)
Outros passivos		(7.370)	(11.458)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações		(87.599)	343.317
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.101)	(17.789)
Juros pagos	12	(8.424)	(10.934)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(113.124)	314.594
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de imobilizado e intangível	9/10	(6.516)	(4.188)
Mútuos com partes relacionadas – Concessões		(20.000)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(26.516)	(4.188)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Captações	12	108.800	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Amortizações	12	(25.925)	(75.173)
Arrendamento mercantil - Amortizações	13	(8.377)	(7.061)
Distribuição de lucros	15	(28.817)	(5.105)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		45.681	(87.339)
		(93.959)	223.067
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		274.058	50.991
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		180.099	274.058
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalente de caixa		(93.959)	223.067
Transações que não impactam o caixa:			
Imposto de renda e contribuição social diferido		5.462	-
Juros sobre capital próprio deliberados e não liquidados		25.035	-
Novos contratos e remensurações de arrendamento mercantil		32.895	4.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de contratos com clientes			
Receita bruta (incluindo devoluções)	16	2.216.592	1.828.641
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	17	(205)	(1.155)
		2.216.387	1.827.486
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(1.462.448)	(1.131.609)
Outras despesas (receitas)		309	(703)
		(1.462.139)	(1.132.312)
Valor adicionado bruto gerado pela Empresa		754.248	695.174
Retenções			
Depreciação e amortização	17	(7.531)	(6.715)
Valor adicionado líquido gerado pela Empresa		746.717	688.459
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	33.502	24.634
		33.502	24.634
Valor adicionado recebido em transferência		780.219	713.093
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		69.346	54.618
Benefícios		9.248	9.824
Encargos trabalhistas		13.824	14.058
Outros		809	1.245
Tributos		509.789	426.099
Federais		213.247	186.513
Estaduais		296.080	239.039
Municipais		462	547
Remuneração de capitais de terceiros		40.809	33.015
Juros		17.426	18.218
Aluguéis		1.034	1.599
Outras despesas financeiras		22.349	13.198
Remuneração de capitais próprios		136.394	174.234
Lucros retidos		111.359	146.091
Distribuição de lucros	15	25.035	28.143
Valor adicionado distribuído		780.219	713.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Empresa

A Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. (“**OCQ**” ou “**Empresa**”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, na Rua Mônica Aparecida Moredo, 229 – Jardim Fátima.

A Empresa tem como principais atividades: Fabricação de colas e resinas, pigmentos, suas pastas, plastificantes e dispersantes, comércio e importação de produtos químicos e armazenagem própria e para terceiros.

Os produtos fabricados pela Empresa são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente, construção civil, tintas, adesivos, embalagem, papel, têxtil, entre outros.

A Empresa dispõe de unidades administrativas, industriais e centros de distribuição apresentados a seguir:

Unidade	Tipo	Cidade	Estado	Atividade
Guarulhos	Matriz	Guarulhos	São Paulo	Administrativo e industrial
Lapa	Filial	São Paulo	São Paulo	Administrativo
Guarulhos (Mestriner)	Filial	Guarulhos	São Paulo	Centro de distribuição
Guarulhos (João Ranieri)	Filial	Guarulhos	São Paulo	Administrativo e industrial
Guarulhos (José Dias I)	Filial	Guarulhos	São Paulo	Administrativo e industrial
Guarulhos (José Dias II)	Filial	Guarulhos	São Paulo	Administrativo e industrial
Arujá	Filial	Arujá	São Paulo	Centro de distribuição
Vitória	Filial	Vitória	Espírito Santo	Administrativo
Arceburgo	Filial	Arceburgo	Minas Gerais	Administrativo
Londrina	Filial	Londrina	Paraná	Administrativo
Maceió	Filial	Maceió	Alagoas	Administrativo

A Empresa é controlada pela Dofra Participações Ltda. e pertence ao Grupo Oswaldo Cruz Química (“**Grupo OCQ**”), uma das maiores plataformas de impulsionamento de empresas do setor químico da América Latina.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e pronunciamentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 5 de fevereiro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Empresa preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Divulgações voluntárias

A Empresa optou por realizar nessas demonstrações financeiras a divulgação de determinadas informações de forma voluntária com finalidade de aumentar o grau de comparabilidade e melhor tomada de decisão de seus usuários internos e externos. A seguir são apresentadas as divulgações voluntárias contidas nessas demonstrações financeiras:

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Resultado por quota

A apresentação do Resultado por quota é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. O Resultado por ação foi preparado de acordo com os critérios definidos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 41 - "Resultado por ação" e IAS 33 - "Earnings per share". Como consequência, pelos CPC e IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

A apresentação do Relatório da Administração é requerida pela Lei das Sociedades por Ações no Brasil aplicáveis a companhias de capital aberto ou fechadas. Esse relatório está apresentado como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais e juros, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de crédito esperadas ("PCE" ou "impairment").

2.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As políticas contábeis de provisão para perdas, giro lento e garantia relacionadas aos saldos de estoques estão divulgadas na Nota 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

2.6 Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, elas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.7 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contendo a vida útil em anos aplicada no imobilizado:

Grupo do imobilizado	Anos
Máquinas e equipamentos	10 - 25
Instalações	15
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de laboratório	10
Veículos / Caminhões	5
Equipamentos de informática	5
Outros	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

2.8 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes e tecnologia da informação são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Empresa de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- A Empresa possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contendo a taxa de amortização aplicada nos ativos intangíveis de vida útil definida:

Grupo do ativo intangível	Amortização em anos
Softwares adquiridos de terceiros	5
Desenvolvimentos internos de tecnologia da informação	3

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9 Arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Empresa como arrendatária

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direitos de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Depreciação em anos
Máquinas e equipamentos	5
Escritórios e unidades fabris	3-13

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota explicativa nº 2.10 – Redução ao valor recuperável (*impairment*).

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Taxa de desconto

A Empresa identificou e adotou a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos os critérios. A taxa real incremental utilizada para os cálculos é apresentada a seguir:

	<u>Taxa incremental (%)</u>
Em 31 de dezembro de 2024	14,27
Em 31 de dezembro de 2023	14,27

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Empresa como arrendadora

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa não realizou transações em que foi classificada como arrendadora.

2.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Empresa também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência o longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; e
- Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber), baseados na matriz de risco. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- Probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(b) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Custo de obtenção de contratos - Comissões sobre vendas

A Empresa efetua pagamentos de comissões sobre vendas a parceiros comerciais e colaboradores de forma mensal com base nas vendas efetivamente realizadas. Em 31 de dezembro de 2024 foi realizada provisão do montante real apurado para pagamento no exercício subsequente de competência do mês de dezembro de 2024.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são registrados de acordo com a política contábil mencionada na Nota explicativa nº 2.2 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

2.13 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Participação nos lucros

A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Empresa após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Empresa reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (*constructive obligation*).

(c) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Empresa.

2.14 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A Empresa é parte em alguns processos trabalhistas, cíveis e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a “contabilidade de *hedge*”. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Empresa usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa mantém contratações com finalidade de proteção cambial de seus empréstimos e financiamentos, bem como, proteção para importações de matérias primas. A Empresa não realiza negociações de instrumentos financeiros derivativos com finalidade especulativa.

2.16 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Empresa é representado por quotas classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor negociado, líquido de impostos.

b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Empresa e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

c) Remuneração dos sócios (distribuição de lucros)

Dividendos

A distribuição de lucros via dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Empresa. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram deliberados ou pagos dividendos.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Empresa aos seus acionistas como alternativa a distribuição de dividendos. Por ser considerado como um benefício, devido a Empresa estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa deliberou e efetuou pagamento de juros sobre capital próprio. Maiores detalhes podem ser verificados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa.

d) Resultado por quota

Resultado básico e diluído por quota

O resultado básico por quota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de quotas emitidas durante o exercício, excluindo as quotas compradas pela Empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por quota é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de quotas em circulação, para presumir a conversão de todas as quotas potenciais diluídas. A Empresa não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por quota é igual ao resultado básico por quota.

O cálculo do resultado por quota está apresentado em Nota explicativa nº 15 – Patrimônio líquido.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos cancelamentos.

A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para casos de vendas com retirada pelo cliente a receita é reconhecida quando o cliente retira a mercadoria nas unidades da Empresa; para casos de venda em que a entrega é realizada pela Empresa, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

c) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.18 Tributos

Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Também estão sujeitas à tributação pelo IPI de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul ("NCM") e podem variar de 0% a 15%, conforme produto.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E (i) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.19 Subvenções governamentais / Benefícios fiscais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48 / IFRS 9, e o montante recebido).

Crédito presumido nas operações de saída – Estado de SP

Historicamente, a Empresa é beneficiária de crédito presumido de ICMS celebrado em 4 de abril de 2003 via convênio ICMS nº 08/2003, que autoriza determinados Estados do país a conceder créditos presumidos na saída de determinados produtos com materiais recicláveis. Ao longo dos anos, o convênio anteriormente citado teve sua validade prorrogada através de sucessivos acordos entre os Estados promovidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (“CONFAZ”), sendo que a última prorrogação ocorreu pelo convênio ICMS nº 226 de 21 de dezembro de 2023 que prorrogou o benefício até 30 de abril de 2026, pela alíquota de 60%.

Em 30 de abril de 2024, o Estado de São Paulo mediante decreto nº 68.492 alterou diversos artigos do Regulamento do ICMS (RICMS), dentre os quais o artigo 14 do Anexo III, antecipando sua extinção do benefício fiscal para 30 de setembro de 2024 de forma unilateral.

A Administração através de seus assessores jurídicos acompanha o tema e permanece com o entendimento tácito de que o benefício vigorará até 30 de abril de 2026, portanto, permanece tomando os créditos e compensando-os em suas obrigações acessórias.

Para que o resultado do exercício não seja impactado com os montantes em questão, a Administração constituiu e permanecerá constituindo provisão para contingência no mesmo valor dos créditos auferidos até que este tema tenha uma conclusão administrativa junto a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (SEFAZ SP), caso não ocorra, avaliará as medidas judiciais cabíveis. Em 31 de dezembro de 2024 o montante constituído registrado na rubrica de provisão para contingências foi de R\$ 19.495, referente ao período de 1 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

2.20 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da

vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamentos de fornecedores – Alteração ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Como resultado da implementação das alterações, a Empresa forneceu divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento de fornecedores, vide Nota explicativa nº 11 – Fornecedores.

2.22 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicações do Método de Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.23 Eventos após o período do relatório

Se a Empresa receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras. A Empresa ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Empresa não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das informações trimestrais em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis.

Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Empresa como arrendatário)

A Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Empresa não identificou cenários em que fosse necessário exercer julgamento de opção de renovação nos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e estão apresentadas a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação;
- Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade;
- Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE"): A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada da carteira de clientes;
- Provisões para contingências: São reconhecidas provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais;
- Provisões para perdas e giro lento dos estoques: As perdas de produtos com margem negativa, ferramental, problemas de qualidade reconhecidas em estoques são relativas a perdas estimadas do processo produtivo, classificadas como redutora dos estoques. Para o giro lento, é realizado cálculo ponderado baseado no vencimento dos itens de estoque e efetiva utilização das matérias primas ou produtos acabados; e
- Provisão para garantia: A provisão para garantia é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos. A Empresa garante a seus clientes a qualidade de seus produtos, assumindo a responsabilidade por eventuais substituições e reparos decorrentes de defeitos apresentados. Calculada sobre a venda de produtos, tendo como base os percentuais históricos de gastos e para os casos já identificados em que a Empresa estima despende recursos na substituição e reparo de produtos, a Empresa reconhece a mencionada provisão em seu passivo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	1.208	2.186
Aplicações financeiras de liquidez imediata	178.891	271.872
	<u>180.099</u>	<u>274.058</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários, mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos possuem taxas de juros de 75% a 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (75% a 102,5% em 31 de dezembro de 2023).

As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de "Receitas financeiras". Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 18 – Resultado financeiro.

5. Contas a receber de clientes

A seguir é apresentada a composição das contas a receber:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes nacionais	269.643	234.934
Clientes estrangeiros	21.138	11.117
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")	(4.508)	(9.154)
Total circulante	<u>286.273</u>	<u>236.897</u>
Clientes nacionais	-	2.498
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")	-	-
Total não circulante	<u>-</u>	<u>2.498</u>
Total circulante	<u>286.273</u>	<u>239.395</u>

A Empresa ofereceu como garantia de empréstimos e financiamentos duplicatas a receber. Maiores informações estão descritas em Nota explicativa nº 12 – Empréstimos e financiamentos.

As políticas de crédito estão descritas em Nota Explicativa nº 20 – Gestão de risco financeiro, na seção de risco de crédito.

A seguir, é apresentada abertura por faixa de vencimento da carteira de clientes bruta e movimentação da PCE:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	271.884	230.982
Vencidos até 30 dias	7.571	6.050
Vencidos de 31 a 60 dias	2.626	1.135
Vencidos de 61 a 90 dias	2.404	108
Vencidos de 91 a 180 dias	1.788	1.126
Vencidos de 181 a 360 dias	129	1.877
Superior a 361 dias	4.379	7.271
Total das contas a receber - Valor bruto	<u>290.781</u>	<u>248.549</u>

A seguir é apresentada a movimentação da PCE:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	9.154	7.999
(-) Baixa efetiva de títulos	(4.851)	-
(+) Constituição de provisão	205	2.627
(-) Reversão de provisão	-	(1.472)
Saldo final	4.508	9.154

A Administração considera que os valores registrados a título de PCE eram suficientes para 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6. Partes relacionadas

6.1 Saldos e operações

Transações com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos em aberto são apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - Partes relacionadas		
Nacional		
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	36.444	15.552
Brisco do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	2.096	-
Ekonova Química do Brasil Ltda.	3.933	-
Elekeiroz S.A.	119.291	227
Focus Tecnologia Comercial Química Ltda.	5.399	1.365
Mclaw do Brasil Ltda.	248	248
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	114.864	25.029
Outras partes relacionadas	8.659	5.030
Total Nacional	290.934	47.451
Exterior		
Noren Plast S/A	8.365	6.463
Outras partes relacionadas	9.040	1.095
Total Exterior	17.405	7.558
Total das contas a receber - Partes relacionadas	308.339	55.009
Contas a pagar - Partes relacionadas		
Nacional		
Elekeiroz S.A.	89	-
Mclaw do Brasil Ltda.	1.321	1.596
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	117.104	92.496
Outras partes relacionadas	4.803	147
Total das contas a pagar - Partes relacionadas	123.317	94.239
Juros sobre capital próprio		
Dofra Participações Ltda.	11.278	18.817
Total de juros sobre o capital próprio	11.278	18.817
Mútuos - Partes relacionadas		
A receber		
Elekeiroz S.A. (i)	22.204	-
Total - A receber	22.204	-

- (i) Em 20 de março de 2024 a Empresa realizou mútuo com a parte relacionada Elekeiroz S.A. que teve por objetivo a melhor gestão do fluxo de caixa do Grupo em que as empresas pertencem. O valor do principal é de R\$ 20.000 com juros remuneratórios de CDI + 3,2% ao ano, com vencimento previsto para 20 de março de 2031. Em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecida atualização monetária no montante de R\$ 2.204 na rubrica de receitas financeiras, no resultado financeiro.

As entidades apresentadas nos quadros acima são consideradas partes relacionadas, uma vez que que pertencem ou possuem participação significativa dos sócios controladores da Empresa.

6.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o pessoal-chave da Administração foi diretamente remunerado via outras empresas do mesmo grupo econômico ao qual a Empresa pertence.

7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como estoques:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Matéria-prima	70.480	50.509
Produtos acabados	46.910	28.014
Almoxarifado geral	152	-
Embalagens	2.339	2.012
Estoque em trânsito	1.185	-
Estoque em poder de terceiros	63.553	49.085
(-) Perdas por redução ao valor recuperável dos estoques	(2.395)	(1.859)
	<u>182.224</u>	<u>127.761</u>

A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável dos estoques que engloba perdas e obsolescência:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	<u>1.859</u>	<u>2.553</u>
(+) Constituição de provisão	1.162	754
(-) Reversão de provisão	(626)	(1.448)
Saldo final	<u>2.395</u>	<u>1.859</u>

8. Tributos a recuperar / Imposto de renda e contribuição a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como impostos a recuperar:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ e CSLL	234	-
ICMS (i)	29.201	23.056
Exclusão do ICMS na BC do PIS/COFINS (ii)	12.992	24.982
PIS e COFINS	3.400	503
Outros tributos a recuperar	3.551	1.230
	<u>49.378</u>	<u>49.771</u>
Circulante	28.298	13.876
Não circulante	21.080	35.895

- (i) Refere-se a créditos de ICMS auferidos das operações de vendas internas com diferimento da filial Londrina da OCQ e de operações de compra e venda usuais do negócio das empresas do Grupo (matriz e demais filiais), incluindo ICMS sobre a compra de ativo imobilizado e créditos presumidos. A Administração efetuou revisão de seu plano de negócios durante o exercício de 2024 para melhor utilização dos créditos nos próximos exercícios, de forma a compensar os saldos existentes; e

- (ii) Historicamente foi realizado o reconhecimento de crédito tributário decorrente do processo judicial, em que a Empresa atua como parte autora sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Empresa vem atualizando (indébito) e recuperando esse saldo mensalmente de forma administrativa. A movimentação é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	24.982	69.770
(+) Atualização monetária	562	1.723
(-) Compensações	(12.552)	(46.511)
Saldo final	12.992	24.982

9. Imobilizado

	Custo histórico		Valor residual	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	67.382	62.642	19.917	18.266
Móveis e utensílios	6.779	6.956	3.223	3.824
Equipamentos de laboratório	2.390	4.651	829	881
Equipamentos de informática	2.009	1.813	749	701
Construções	208	169	208	162
Benfeitorias/Itens a imobilizar	3.134	1.778	3.134	1.778
Direito de uso	57.487	27.810	40.514	14.969
	139.389	105.896	68.574	40.581

A seguir é apresentada a movimentação do imobilizado para os exercícios de 2024 e 2023:

	Valor líquido em 01/01/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	18.054	1.944	(228)	(86)	(1.418)	18.266
Móveis e utensílios	4.120	104	(4)	-	(396)	3.824
Equipamentos de laboratório	936	71	-	(30)	(96)	881
Veículos / Caminhões	796	-	(719)	-	(77)	-
Equipamentos de informática	637	246	(40)	-	(142)	701
Construções	1	-	-	161	-	162
Benfeitorias / Itens a imobilizar	-	1.823	-	(45)	-	1.778
Direito de uso	16.348	3.496	(289)	-	(4.586)	14.969
	40.892	7.684	(1.280)	-	(6.715)	40.581

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	18.266	3.582	(407)	-	(1.524)	19.917
Móveis e utensílios	3.824	49	(195)	-	(455)	3.223
Equipamentos de laboratório	881	56	(13)	-	(95)	829
Equipamentos de informática	701	254	(50)	-	(156)	749
Construções	162	46	-	-	-	208
Benfeitorias / Itens a imobilizar	1.778	1.595	(239)	-	-	3.134
Direito de uso	14.969	32.895	(2.054)	-	(5.296)	40.514
	40.581	38.477	(2.958)	-	(7.526)	68.574

10. Intangível

A seguir são apresentados os saldos da rubrica de intangível:

	Custo histórico		Valor residual	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Intangível de vida útil definida				
Desenvolvimentos internos de tecnologia da informação	934	-	929	-
	934	-	929	-

A seguir é apresentada a movimentação do intangível:

Em 31 de dezembro de 2023	-
(+) Adições	934
(-) Amortizações	(5)
Em 31 de dezembro de 2024	929

11. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	173.076	144.081
Fornecedores estrangeiros	34.111	23.049
	207.187	167.130

As transações com fornecedores não possuem incidência de juros, geralmente são liquidados dentro do próprio exercício e possuem prazo médio de pagamento de 50 dias (50 dias em 31 de dezembro de 2023).

12. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira / Modalidade da dívida	Moeda	Encargos	Data da contratação	Data do vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos						
Citibank / 4131 (a)	USD	5,695% a.a.	15/07/2024	10/07/2029	114.958	-
Bradesco / 4131	BRL	2,43% a.a. + CDI	21/10/2021	08/01/2024	-	1.725
Bradesco / Capital de giro	BRL	3,15% a.a. + umselic	19/07/2022	15/07/2027	1.803	2.256
Banco do Brasil / Capital de giro	BRL	2,23% a.a. + CDI	29/06/2022	24/07/2027	31.226	43.506
Itaú / Capital de giro	BRL	3,15% a.a. + umselic	13/09/2022	15/09/2026	12.460	18.026
Safra / Capital de giro	BRL	2,65% a.a. + umselic	13/07/2022	15/07/2026	12.056	17.972
Total					172.503	83.485
Circulante					24.552	32.353
Não circulante					147.951	51.132

- (a) Esta operação financeira foi contratada em dólar americano, juntamente com operação de derivativo "swap" de Fluxo de Caixa, com início em 15 de julho de 2024 e vencimento em 10 de julho de 2029 de valor base de USD 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos). O objetivo desta operação foi de mitigar a exposição cambial do contrato, trocando o índice de correção de 5,695% ao ano + variação cambial para CDI + 1,62% ao ano.

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Empréstimos e financiamentos
Em 1º de janeiro de 2023	154.002
(+) Captações	-
(+) Provisão de juros	15.590
(-) Amortização de principal	(75.173)
(-) Amortização de juros	(10.934)
Em 31 de dezembro de 2023	83.485
(+) Captações	108.800
(+) Provisão de juros	14.567
(-) Amortização de principal	(25.925)
(-) Amortização de juros	(8.424)
Em 31 de dezembro de 2024	172.503

Cláusulas restritivas - Covenants não financeiros

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

Os contratos firmados pela Empresa não preveem *covenants* financeiros.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos apresentam garantias contratuais vinculadas as duplicatas a receber, vide Nota explicativa nº 5 – Contas a receber de clientes.

13. Arrendamento mercantil

A Empresa arrenda imóveis e equipamentos, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até treze (13) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

A Empresa reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Empresa.

Os passivos de arrendamento reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção.

A seguir são demonstrados os montantes registrados de passivo de arrendamento:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valor nominal do passivo de arrendamento	69.110	22.176
2025	12.539	6.934
2026	12.738	6.934
2027	7.606	7.007
2028 em diante	36.227	1.301
Ajustado a valor presente	(25.649)	(4.250)
2025	(5.401)	(2.113)
2026	(4.399)	(1.423)
2027	(3.515)	(634)
2028 em diante	(12.334)	(80)
Passivo de arrendamento, líquido	43.461	17.926
Circulante	7.138	4.821
Não circulante	36.323	13.105

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento:

	<u>20.002</u>
Em 1º de janeiro de 2023	20.002
(+) Novos contratos de arrendamento	4.122
(-) Baixa de contratos de arrendamento	(389)
(+) Provisão de juros	2.629

(+) Remensurações	357
(-) Amortizações	(8.795)
Em 31 de dezembro de 2023	17.926
(+) Novos contratos de arrendamento	32.683
(-) Baixa de contratos de arrendamento	(1.842)
(+) Provisão de juros	2.859
(+) Remensurações	212
(-) Amortizações	(8.377)
Em 31 de dezembro de 2024	43.461

Como divulgação espontânea, a Empresa apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal. A tabela a seguir ilustra esta projeção:

<u>Fluxo de pagamentos futuros</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028 em diante</u>
Fluxo de desembolso sem ajuste a valor presente	12.539	12.738	7.606	36.227
Cenário com inflação	632	551	304	1.449
Taxa de inflação considerada - Fonte Copom	5,04%	4,33%	4,00%	4,00%

14. Provisões para contingências

A Empresa é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Empresa classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Empresa, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Empresa acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos de contingências, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

14.1 Processos com risco de perda provável

A Empresa responde por processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributário, perante diferentes tribunais. A Administração da Empresa, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Está apresentado a seguir quadro sumário das contingências prováveis:

Processos com risco de perda provável	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	109	109
Trabalhistas (a)	2.697	2.931
Tributários (b)	25.575	4.764
	28.381	7.804

(a) Trata-se de discussões em esfera judicial em que a Empresa figura como réu, relacionadas a temas como, horas extras, verbas rescisórias, benefícios, insalubridade, periculosidade e outros assuntos desta natureza; e

(b) Durante o exercício de 2024 a Administração optou por reconhecer contingência relacionada aos créditos presumidos nas operações de saída, conforme apresentado em Nota explicativa nº 2.19 – Benefícios fiscais no montante de R\$ 19.495. O restante da variação do exercício refere-se a outros processos tributários de menor valor.

A seguir é apresentada a movimentação das contingências para os exercícios de 2024 e 2023:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2023	-	4.551	93	4.644
(+) Novos processos	4.765	-	16	4.781
(-) Reversões	-	(1.621)	-	(1.621)
Em 31 de dezembro de 2023	4.765	2.930	109	7.804
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2023	4.765	2.930	109	7.804
(+) Novos processos	20.810	2.461	-	23.271
(-) Reversões	-	(302)	-	(302)
(-) Pagamentos	-	(2.392)	-	(2.392)
Em 31 de dezembro de 2024	25.575	2.697	109	28.381

14.2 Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis pelos assessores jurídicos da Empresa e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

Processos com risco de perda possível	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	-	856
Trabalhistas	-	187
Tributários	47	3.485
	47	4.528

14.3 Depósitos judiciais

Os valores depositados judicialmente pela Empresa correspondem a instrumentos legais que buscam garantir o pagamento de obrigações financeiras dentro de processos judiciais. Os valores a seguir estão apresentados por natureza:

Depósitos judiciais	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	65	52
Trabalhistas	120	68
Tributários	396	348
	581	468

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Empresa é de R\$ 1.500 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2023) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado. A composição das quotas é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Dofra Participações Ltda.	1.500	1.500
	1.500	1.500

Não ocorreram alterações no capital social durante os exercícios de 2024 e 2023.

(b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Empresa e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

(c) Remuneração dos sócios

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa não deliberou pela distribuição de dividendos.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Empresa aos seus sócios como alternativa a distribuição de lucros.

Considerado como um benefício, devido a Empresa estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

A seguir é apresentada a movimentação dos juros sobre capital próprio:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos em 1º de janeiro	18.817	-
(+) Novas deliberações - Bruto	25.035	28.143
(-) IRRF	(3.757)	(4.221)
(-) Pagamentos	(28.817)	(5.105)
Saldo em 31 de dezembro	11.278	18.817

(d) Resultado por quota

Resultado básico e diluído por quota

O lucro básico por quota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos cotistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de quotas emitidas durante o exercício, excluindo as quotas compradas pela Empresa e mantidas como quotas em tesouraria.

O lucro diluído por quota é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de quotas em circulação, para presumir a conversão de todas as quotas potenciais diluídas. A Empresa não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por quota é igual ao resultado básico por quota.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro atribuído aos sócios quotistas	136.394	174.234
Quantidade de quotas (em milhares) - média ponderada	1.500	1.500
Resultado básico e diluído por quota - Em reais	90,93	116,16

16. Receita operacional líquida

A conciliação entre a receita bruta de vendas e serviços e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	2.325.619	1.862.041
Receita bruta de serviços	979	1.077
(-) Devoluções e cancelamentos	(110.006)	(34.477)
(-) Impostos sobre vendas	(500.758)	(411.064)
(-) Impostos sobre serviços	(46)	(54)
	1.715.788	1.417.523

17. Custos e despesas por natureza

A Empresa apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos produtos vendidos	(1.489.222)	(1.174.710)
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.417.797)	(1.117.086)
Gastos com pessoal	(26.405)	(26.628)
Serviços de terceiros	(2.758)	(631)
Depreciação e amortização	(2.235)	(2.129)
Operação e manutenção	(2.329)	(2.922)
Fretes e carretos	(16.144)	(10.445)
Aluguéis	(283)	(804)
Descarte de resíduos	(595)	(496)
Gastos com importação/exportação	(14.776)	(14.201)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	(536)	(27)
Provisões para contingências	(2.015)	(840)
Outros (custos) receitas, líquidas	(3.349)	1.499
Despesas gerais e administrativas, comerciais e outras	(65.967)	(39.464)
Gastos com pessoal	(70.248)	(53.206)
Gastos comerciais	(1.326)	-
Serviços de terceiros	(13.881)	(12.307)
Depreciação e amortização	(5.296)	(4.586)
Fretes e carretos	(12.331)	(10.687)
Aluguéis	(751)	(795)
Provisões para contingências	(20.954)	493
Operação e manutenção	(7.820)	(6.992)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(205)	(1.155)
Benefício fiscal - Créditos presumidos de ICMS (a)	69.933	61.064
Benefício fiscal – REIQ (c)	168	-
Custos de transação de aquisição da Elekeiroz (b)	-	(1.452)
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.256)	(9.841)
Total	(1.555.189)	(1.214.174)

- (a) A Empresa possui benefício de crédito outorgado de ICMS, conforme anexo 3, art. 14 do regulamento de ICMS do estado de São Paulo, caracterizado como crédito presumido. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 2.19 – Benefícios fiscais;
- e
- (b) Referem-se a custos de transação do fechamento de aquisição de parte relacionada, que não compõem o desempenho orgânico da Empresa.
- (c) A Empresa aderiu ao Regime Especial da Indústria Química (“REIQ”) durante o exercício de 2024 que prevê créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de determinadas matérias-primas.

18. Resultado financeiro

A seguir são apresentados os saldos do resultado financeiro em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira	22.764	21.720
Rendimentos de aplicações financeiras	16.782	14.648
Descontos obtidos	1.067	4.057
Atualização monetária ativa	2.942	1.927
Juros de contas a receber	1.250	816
Ganho com derivativos	723	272
Despesa financeira	(25.675)	(27.528)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(17.426)	(18.218)
Descontos concedidos	(4.675)	(2.791)
Atualização monetária passiva	(28)	(35)
Despesas bancárias	(557)	(639)
Perdas com derivativos	(842)	(3.827)
Outras despesas financeiras	(2.147)	(2.018)
Variação cambial	(3.362)	(1.125)
Variação cambial ativa	10.738	2.914
Variação cambial passiva	(14.100)	(4.039)
Resultado financeiro, líquido	(6.273)	(6.933)

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1 Corrente

Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e da contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"):

	31/12/2024	31/12/2023
Base ajustada	72.021	143.078
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda à alíquota de 15%	10.802	21.462
Adicional de imposto de renda à alíquota de 10%	7.178	14.284
(-) Incentivos fiscais de redução e isenção (i)	(1.067)	(818)
Contribuição social à alíquota de 9%	6.481	12.877
Total imposto de renda e contribuição social correntes (a)	23.394	47.805
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda à alíquota de 25%	4.016	18.841
Contribuição social à alíquota de 9%	1.446	6.782
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	5.462	25.623
Conciliação da base ajustada de imposto de renda e contribuição social:		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (b)	154.326	196.416
Total das adições e exclusões permanentes	(98.177)	(92.154)
(+) Lei de incentivo à cultura	400	287
(+) Lei de incentivo ao esporte	285	172
(+) Fundo da criança e do adolescente	112	32
(+) Outras adições permanentes	557	714
(-) Crédito de exclusão do ICMS na Base de cálculo de PIS/COFINS	(69.933)	(61.064)
(-) Juros sobre o capital próprio	(25.033)	(28.143)
(-) Lei do bem	(1.945)	(2.312)
(-) Outras exclusões permanentes	(2.620)	(1.840)
Adições e exclusões temporárias	15.872	38.816
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social - "Base ajustada"	72.021	143.078
<i>Alíquota efetiva - (a) / (b)</i>	15%	24%

(i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração contabilizou e apresentou IRPJ devido no período já líquido dos incentivos fiscais a saber: Incentivo ao Esporte (LIE), incentivo à Cultura (LIC), Fundo municipal do Idoso (FMID), Fundo para Infância e Adolescência (FIA) e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

19.2 IRPJ e CSLL diferidos

	Saldo inicial 31/12/2022	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2023
Ativos de impostos diferidos				
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	2.720	393	-	3.113
Provisão para contingências	2.781	476	(603)	2.654
Arrendamento Mercantil (IFRS 16 - CPC 06)	-	5.238	-	5.238
PROVISÕES DIVERSAS				
<i>Provisões diversas</i>	2.118	6.352	(4.430)	4.040
<i>Perda por redução ao valor recuperável dos estoques</i>	902	865	(130)	1.637
<i>Provisão de bônus e PLR</i>	399	270	(33)	636
<i>Honorários advocatícios</i>	956	945	(883)	1.018
Total de ativos de impostos diferidos	9.876	14.539	(6.079)	18.336
Passivos de impostos diferidos				
Créditos tributários	(23.657)	1.412	15.751	(6.494)
Total de passivos de impostos diferidos	(23.657)	1.412	15.751	(6.494)
Total de imposto diferido líquido	(13.781)	15.951	9.672	11.842
	Saldo inicial 31/12/2023	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2024
Ativos de impostos diferidos				
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	3.113	-	(1.580)	1.533
Provisão para contingências	2.654	6.996	-	9.650
Arrendamento Mercantil (IFRS 16 - CPC 06)	5.238	118	-	5.356
PROVISÕES DIVERSAS				
<i>Provisões diversas</i>	4.040	-	(3.010)	1.030
<i>Perda por redução ao valor recuperável dos estoques</i>	1.637	122	-	1.759
<i>Provisão de bônus e PLR</i>	636	556	-	1.192
<i>Honorários advocatícios</i>	1.018	-	(489)	529
Total de ativos de impostos diferidos	18.336	7.792	(5.079)	21.049
Passivos de impostos diferidos				
Créditos tributários	(6.494)	-	2.749	(3.745)
Total de passivos de impostos diferidos	(6.494)	-	2.749	(3.745)
Total de imposto diferido líquido	11.842	7.792	(2.330)	17.304

A Empresa estima realizar o imposto de renda e contribuição social diferido em prazo de até 5 (cinco) anos.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024:

Ano	Diferido ativo
2025	11.577
2026	3.157
2027	3.157
2028	1.684
2029	1.473
Total	21.049

20. Gestão de risco financeiro

A Empresa pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa aos riscos mencionados, os objetivos da Empresa, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa.

I) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

A Empresa é uma indústria focada na produção e comércio de fabricação de colas e resinas, pigmentos, suas pastas, plastificantes e dispersantes, comércio e importação de produtos químicos e armazenagem própria e para terceiros.

As operações da Empresa são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas jurídicas, mediante a cobrança por boleto bancário e crédito em conta. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada e sem risco concentrado em nenhum cliente.

A Empresa monitora sua carteira de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Empresa tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Empresa. Adicionalmente, as aplicações financeiras da Empresa são alocadas em instituições financeiras com reconhecido *rating* nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco, sendo elas: Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poors.

Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários a Empresa possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Empresa realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa da Empresa é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido *rating* nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco; e
- A Empresa deve manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress.

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz da Empresa é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando

assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Empresa busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Em 31 de dezembro de 2024					
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	207.187	207.187	207.187	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	123.317	123.317	123.317	-	-
Mútuos - Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	172.503	215.713	58.103	61.871	95.739
Arrendamento mercantil	43.461	69.110	12.539	12.738	43.833
Outros passivos	16.045	16.045	16.045	-	-
	562.513	631.372	417.191	74.609	139.572
Em 31 de dezembro de 2023					
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	167.130	167.130	167.130	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	94.239	94.239	94.239	-	-
Empréstimos e financiamentos	83.485	83.485	32.353	22.941	28.191
Arrendamento mercantil	17.926	22.176	6.934	6.934	8.308
Outros passivos	25.433	25.433	25.433	-	-
	388.213	392.463	326.089	29.875	36.499

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo.

a) *Risco cambial*

As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira não são materiais, assim a exposição a este risco de forma direta é minimizada. A Empresa possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados no quadro a seguir:

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Clientes estrangeiros	Dólar americano (US\$)	21.138	20.345	25.397	30.518
Fornecedores estrangeiros	Dólar americano (US\$)	(34.111)	(32.831)	(40.984)	(49.247)
Contas a receber - Partes relacionadas	Dólar americano (US\$)	17.405	16.752	20.912	25.128
Totalizador		4.432	4.266	5.325	6.399
Impacto no resultado antes dos impostos			(166)	893	1.967

31 de dezembro de 2024

Indexador	Real	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Dólar americano (US\$) - Fechamento do exercício	6,19	-	-	-
Dólar americano (US\$) - Projetado Dezembro/2025	-	5,96	7,44	8,94

Fonte: Dólar americano (Boletim Focus).

b) Risco de taxa de juros

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros	201.095	271.872
Títulos e valores mobiliários (i)	178.891	271.872
Mútuos com partes relacionadas	22.204	-
Passivos financeiros	(215.964)	(101.411)
Empréstimos e financiamentos	(172.503)	(83.485)
Arrendamento mercantil	(43.461)	(17.926)
Risco de taxa de juros, líquido	(14.869)	170.461

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota explicativa nº 4 – Caixa e equivalentes de caixa.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Empresa deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Empresa esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros (exposição por tipo de risco)

As aplicações financeiras estão concentradas em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório *focus*. O cenário “provável” é o cenário trabalhado pela Administração projetado para 31 de dezembro de 2025 e pode ser entendido como saldo estimado das rubricas ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%, conforme julgamento definido pela Administração.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Empresa e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Caixa e equivalente de caixa	CDI	178.891	205.510	212.165	218.819
Arrendamento mercantil	IGPM	(43.461)	(45.578)	(46.107)	(46.636)
Mútuos - Partes relacionadas	SELIC	22.204	25.479	26.298	27.117
Empréstimos e financiamentos	CDI	(31.226)	(35.872)	(37.034)	(38.196)
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(26.319)	(30.201)	(31.172)	(32.142)
Totalizador		100.089	119.338	124.150	128.963

Impacto no resultado antes dos impostos	19.249	24.061	28.874
---	--------	--------	--------

Indexador	31 de dezembro de 2024		
	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI	14,88%	18,60%	22,32%
SELIC	14,75%	18,44%	22,13%
IGPM	4,87%	6,09%	7,31%

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para cada exercício. As datas bases utilizadas foram de 31 de dezembro de 2024, projetando os índices até o próximo exercício e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

d) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumento financeiro	Classificação	Hierarquia do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	180.099	180.099	274.058	274.058
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	286.273	286.273	239.395	239.395
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	308.339	308.339	55.009	55.009
Outros ativos	Custo amortizado	-	2.937	2.937	10.854	10.854
Fornecedores	Custo amortizado	-	(207.187)	(207.187)	(167.130)	(167.130)
Mútuos - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	22.204	22.204	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	(123.317)	(123.317)	(94.239)	(94.239)
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	-	(43.461)	(43.461)	(17.926)	(17.926)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	(172.503)	(172.503)	(83.485)	(83.485)
Outros passivos	Custo amortizado	-	(16.045)	(16.045)	(25.433)	(25.433)
			237.339	237.339	191.103	191.103

Hierarquia de valor justo

A tabela acima ilustrou os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços quotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, já que não existem instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo.

A Empresa não possuía em 31 de dezembro de 2024 e 2023 instrumentos financeiros de nível 1 e 3 e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

21. Seguros (não auditado)

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 são apresentados a seguir:

Modalidade	Vigência		Moeda	Limites máximos de indenização
	Início	Término		
Riscos operacionais	26/09/2024	26/09/2025	Reais	55.000.000
Veículos	01/10/2024	01/10/2025	Reais	200.000
Crédito	31/12/2024	31/12/2026	Dólares norte americanos	753.000
Fiança locatícia	31/10/2024	31/10/2029	Reais	6.116.712
Transporte internacional - Importação	31/07/2024	31/07/2025	Dólares norte americanos	4.000.000
Transporte internacional - Exportação	31/07/2024	31/07/2025	Dólares norte americanos	4.000.000

22. Eventos subsequentes

Até a data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras, não existiram eventos subsequentes a serem divulgados.
